



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MOJU**  
**CNPJ Nº 05.105.135/0001-35**  
**CONTROLADORIA MUNICIPAL**

**PARECER TÉCNICO Nº 81/2022**

**PROCESSO LICITATÓRIO: 202208010010-TP/CPL/PMM**

**OBJETO:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A EXECUÇÃO DA OBRA DE PAVIMENTAÇÃO EM PISO INTERTRAVADO EM LOGRADOUROS PUBLICOS NA ZONA URBANA DO MUNICIPIO DE MOJU/PA, CONFORME DEMANDA DA SECRETARIA DE OBRAS E URBANISMOS DO MUNICIPIO DE MOJU/PA.

**INTERESSADOS:** SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E URBANISMO.

Rodrigo Bastos de Lima, funcionário Público Municipal Comissionado, nomeado em 12 de julho de 2018, através de decreto Municipal nº 046/2018, para exercer a função de **Controlador Municipal**. Em análise, conforme determinação contida no §1º, do art. 11, da resolução Nº. 11.535/TCM, de 01 de julho de 2014.

Declara que o presente processo licitatório, na modalidade tomada de preço, correspondeu às necessidades de contratação, nos termos do artigo 43, inciso VI da lei 8.666/93, e que os itens referentes ao presente processo foram adjudicados à empresa fornecedor **ULTRA SERVIÇOS DE CONTRUÇÃO LTDA**, inscrita sob o CNPJ nº **24.626.454/0001-30**, no valor total de **R\$ 2.112.743,42** (dois milhões, cento e doze mil, setecentos e quarenta e três reais e quarenta e dois centavos), conforme ata de registro de preços em anexo, estando o edital em conformidade com a legislação prevista nas leis acima citadas, o objeto foi descrito de forma clara, nos contratos constam o valor e prazo de início e encerramento, ficando claro as obrigações e direitos do contratante e do contratado, a dotação orçamentária foi devidamente informada, bem como todas as documentações necessárias ao certame, estando o processo licitatório revestido das formalidades legais, cumpriu-se os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da eficiência, da probidade administrativa, da vinculação do instrumento convocatório, do julgamento objetivo, bem como os princípios correlatos da celeridade, finalidade, da razoabilidade, da proporcionalidade da competitividade, do justo preço e comparação objetiva das propostas.

O Parecer Jurídico foi favorável à adjudicação e homologação do processo, estando apto a gerar despesas a municipalidade.

Portanto, salvo melhor juízo, este Controle Interno entende que o Processo Licitatório foi satisfatório, podendo a administração pública dar sequência a realização e execução das referidas despesas do processo em epígrafe, e por fim, **DECLARA** estar ciente de que as informações aqui prestadas estarão sujeitas à comprovação por todos os meios legais admitidos, sob pena de crime de responsabilidade e comunicação ao Ministério Público Estadual, para as providências de alçada.

Moju, 21 de novembro de 2022

Rodrigo Bastos de Lima  
Controlador Municipal  
Prefeitura de Moju  
Decreto: 046/2018